



## Informática quer unificar linguagem do Judiciário para otimizar processos

Unificar a linguagem do Judiciário para otimizar o gerenciamento dos processos judiciais foi o objetivo de representantes de sete TJs do país que utilizam a solução SAJ – Sistema de Automação da Justiça – em evento na capital entre os dias 13 e 15 de maio. Implantado inicialmente em Santa Catarina, o sistema hoje atende aos tribunais do Acre, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo. Na solenidade de abertura, o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Francisco Oliveira Filho, destacou que a ampliação do processo de informatização do Judiciário catarinense é prioridade.

O evento serviu para discutir e deliberar sobre as formas de implementação das Tabelas de Classes (categorias de procedimento judicial ou administrativo), Assuntos (matérias discutidos no processo) e Movimentações (registro de procedimentos e rotinas) sugeridas pelo Conselho Nacional de Justiça, com representantes presentes no evento. “Esse encontro tem por finalidade trabalhar os avanços tecnológicos para implementá-los no Judiciário brasileiro”, sintetizou o presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação do TJ, Desembargador Vanderlei Romer. O magistrado também adiantou

seu interesse em promover novos encontros para a troca de experiências entre os tribunais.



Os organizadores ficaram satisfeitos com a troca de experiências proporcionada pelo encontro e têm interesse em promover outras edições

### TJ inicia implementação das identidades digitais

Magistrados e técnicos do TJ terão acesso às seis mil identidades digitais disponibilizadas pelo Banco do Brasil, como parte do contrato firmado com a instituição para o gerenciamento da conta-salário. Na primeira etapa, iniciada esta semana, os beneficiados providenciarão cópias dos seus documentos para a confecção do certificado digital – documento eletrônico que identifica o internauta. Transações virtuais feitas por quem possui tal certificado não podem ser refutadas ou alteradas posteriormente, garantindo segurança e autenticidade no meio virtual. Após ter o certificado, magistrados e técnicos terão assinaturas digitais - um sistema de códigos para identificação e autenticação dos signatários. Este processo traz vantagens para o cotidiano dos magistrados em sentenças, acórdãos e outros documentos legais como alvarás e cartas precatória. As identidades digitais também são aplicadas em e-mails e nos serviços do sistema Infojud – acessíveis por meio da Corregedoria-Geral da Justiça. O benefício da tecnologia se dá na exclusão do trâmite de papéis e redução de custos, além da segurança e autenticidade garantidas por um cartão de CPF com chip e senha, necessários para realizar a efetivação do sistema. A CGInfo – mediará o processo de certificações digitais, através da coleta da dados e distribuição dos certificados. Posteriormente, o procedimento será feito nas Comarcas.



### Peticionamento eletrônico disponível em Jaraguá do Sul

Operadores de Direito podem utilizar-se do petição eletrônico, também, na Comarca de Jaraguá do Sul. Lançado primeiramente em abril na Comarca de Palhoça, outra versão piloto foi disponibilizada este mês pela CGInfo. “A ferramenta funcionará em versão piloto nas duas comarcas simultaneamente, para obtermos uma avaliação mais ampla do serviço”, explicou o diretor de Informática, Giovanni Moresco. A implantação do petição eletrônico nas demais 110 unidades depende da atualização do SAJ e da substituição de alguns

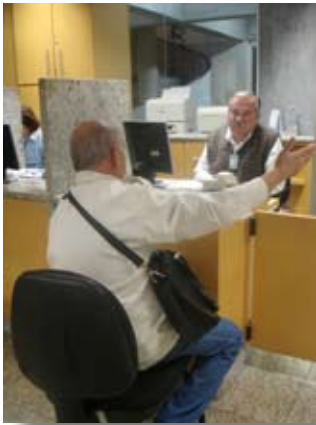
computadores defasados. Para isso, o Poder Judiciário adquiriu 2,2 mil novas máquinas no início do ano. Desenvolvido em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça, o serviço permite que o advogado encaminhe ao Fórum, via Internet, petições iniciais e intermediárias, recursos e documentos relativos a processos e atos judiciais. Dispensa-se o envio de cópia física assinada. Para fazer uso da tecnologia, basta se cadastrar no Portal do Petição Eletrônico do TJ, interligado ao da OAB/SC, e obter uma assinatura digital.

### Comarcas receberão novos computadores

A Diretoria de Informática do TJ iniciou neste mês a distribuição dos 2,2 mil microcomputadores recém-adquiridos pelo Judiciário estadual. Trata-se de um investimento de R\$ 2 milhões para renovar um terço de seu parque tecnológico. A substituição atingirá os cartórios, a contadoria, a distribuição e técnicos de suporte em informática. “Em breve, as máquinas estarão acomodadas para a instalação de novos sistemas operacionais, principalmente aqueles destinados à implementação do processo eletrônico”, garantiu o diretor de Informática, Giovanni Moresco. Conforme cronograma, a distribuição acontecerá em quatro lotes, para as regiões de Joinville, Blumenau, Rio do Sul, Mafrá, Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó, São Miguel do Oeste, São José, Criciúma, Tubarão, Lages, Capital, Balneário Camboriú e Itajaí.

## Centro de Atendimento do TJ faz 2,5 mil atendimentos por mês

Cerca de 140 pessoas atendidas por dia, 2,5 mil ao mês. Ao todo, são 5 mil informações mensais – inclusive on line. Esses são os números do Centro de Atendimento e Informações do TJ, criado em maio de 2002. Com o intuito de proporcionar atendimento personalizado aos usuários internos e externos do Poder Judiciário, o setor funciona das 8 às 19 horas com cinco funcionários. Além do TJ, 19 comarcas possuem o serviço. No mês de março, os 20 centros atingiram a marca de 80 mil atendimentos. De acordo com a chefe da Divisão de Atendimento ao Usuário do Tribunal,



Jaqueline Fraga, Joaçaba será a próxima comarca a ter um centro de atendimento e informações, ainda este mês. As principais atribuições do Centro são orientar o público e encaminhá-lo aos setores ou a outras instituições competentes, bem como informar sobre o funcionamento desses; prestar informações processuais de 1º e 2º Grau e fornecer cópias de acórdãos. Também é possível obter informações sobre a estrutura organizacional, o quadro funcional do TJ, a pauta e o horário das sessões e comprar produtos da Jurisprudência catarinense.

As Comarcas: Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Campos Novos, Capital, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Lages, Laguna, Palhoça, São Bento do Sul, São José, Tubarão e Xanxerê já possuem seu centro de atendimento.

## Perfil: Alcebir Dal Pizzol



Coordenador da Secretaria do Conselho Gestor do TJ, o videirense Alcebir Dal Pizzol é a prova de que o servidor pode conciliar vocação com a atividade profissional. E não só isso. Pode usar a profissão para aperfeiçoar a Justiça. Alcebir combinou o Direito com o Serviço Social, e tornou-se assistente social de destaque no cenário acadêmico, requisitado para palestrar e orientar disciplinas em cursos de Especialização em universidades brasileiras.



O empenho começou cedo, ainda em 1986, quando aprovado para o cargo de assistente social na Comarca de Concórdia. Já com as duas graduações, atuou em várias comarcas do oeste e na Capital. Veio para o Tribunal em 2000, à convite da antiga assessoria psicossocial. Foi quando passou a desenvolver projetos que dinamizam e humanizam a resolução dos processos judiciais, através do serviço social. A Casa da Cidadania, o Mutirão da Conciliação e os juizados especiais são alguns exemplos. “Além

de ser apaixonado por minha mulher e meus dois filhos, sou apaixonado pelo meu trabalho. É compensador orientar as pessoas em minimizar seus conflitos para serem felizes”, afirma, sempre com um sorriso no rosto. Em 2003, lançou seu primeiro livro “Estudo Social ou Perícia Social?”, um estudo reflexivo da atuação do assistente social dentro dos fóruns baseado na própria experiência nas comarcas. Em maio, para comemorar o mês do assistente social, Alcebir lançou o segundo livro “O Serviço Social na Justiça Comum Brasileira” em algumas cidades brasileiras. Nele, faz um retrato da profissão no judiciário nacional e a potencializa como construtora da Justiça. A obra é resultado do Mestrado em Serviço Social na UFSC, e será lançada em Blumenau no dia 30 de maio.

TJ possui 89 unidades da Casa da Cidadania no Estado



## Polícia Militar trabalha 24 horas pela segurança da Justiça



PMs na frente do TJ garantem o bom andamento nos julgamentos que mobilizam a sociedade

A Casa Militar do TJ, dentre outras atribuições, é responsável pela segurança de magistrados, servidores, advogados e visitantes nas dependências do Judiciário catarinense. Na sede do Tribunal este trabalho é distribuído entre setores como a guarita central, o acesso principal do prédio e os andares onde se concentram as principais atividades administrativas e judiciais. Para isso, os militares contam com sistemas de apoio, que vão desde portas eletrônicas e detectores de metais até o porte obrigatório de crachás de identificação. Oficiais e praças zelam também pelo bom andamento das sessões e audiências dos órgãos julgadores. A segurança



nos fóruns é igualmente monitorada e um plano de atuação no Estado está em elaboração. Responsável ainda pela segurança pessoal do presidente do TJ, a Casa realiza viagens pelas principais comarcas, oportunidade em que entra em contato com as peculiaridades e necessidades de cada unidade. O setor, sob o comando do coronel Edson Luís Hosang, responsabiliza-se também pela guarda e destinação final de armas e munições apreendidas em processos, tanto de 1º quanto do 2º grau de jurisdição. “Nossos homens trabalham pela segurança de funcionários e visitantes e pelo bom andamento dos serviços do Judiciário”, resume o coronel Hosang.